

Senado mantém contratações

BRASÍLIA — O “trem da alegria” aprovado na última sessão do Senado de 1984 pretendia enquadrar como estatutários, de uma só vez, 1.554 funcionários celetistas do Centro Gráfico daquela Casa. O episódio se transformou em escândalo e a Justiça concedeu liminar suspendendo o enquadramento. O Centro Gráfico, no entanto, continua contratando anualmente 50 novos funcionários, irregularmente, pois não realiza concurso público como determina a Constituição — tanto a atual como a anterior. Segundo um alto diretor do Senado, já foram incorporados dessa forma 300 servidores, e o objetivo é chegar a 800.

“Esses funcionários foram incorporados mesmo”, reconheceu o diretor-geral do Senado em exercício, Luiz Monteiro. Ele defendeu as contratações, argumentando que até hoje a Justiça não proferiu sentença definitiva no processo contra o enquadramento dos servidores em 1984.

O advogado Pedro Calmon, contudo, contestou Monteiro. “A morosidade da Justiça não justifica a irregularidade”, disse o advogado. Para ele, até o julgamento do processo, que está na 2ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, todas as contratações teriam de ser suspensas. “Mesmo em regime celetista, os servidores só poderiam

ser contratados através de concurso”, acrescentou.

RESPONSABILIDADE

As novas contratações irregulares do Centro Gráfico do Senado somam-se ao “trem da alegria” de 1984, que teve por base os atos 87 e 88 da Presidência do Senado, aprovados pelo plenário em 20 de dezembro. Dos 1.554 funcionários enquadrados, 800 haviam sido contratados apenas dois meses antes. Em 24 de janeiro de 1985 o juiz federal em exercício na 2ª Vara, Jacy Vieira, concedeu a liminar que suspendia “todos os efeitos dos atos de números 87 e 88”.

Pedro Calmon reafirmou ontem a responsabilidade do governador de Goiás, Henrique Santillo, no “trem da alegria”. Segundo o advogado, Santillo é co-responsável porque era primeiro-secretário da Mesa do Senado, presidida na época por Moacyr Dalla. Calmon garantiu que a condenação dos senadores que integravam a Mesa no final de 1984 “é uma questão de tempo, pois o processo já se encontra pronto para julgamento”. Para o advogado, “Santillo e o ex-senador Jailson Barreto estão agora procurando atribuir a responsabilidade do episódio a Moacyr Dalla, que já está morto”. Além de Santillo e Jailson Barreto, estão sendo acusados pelo “trem da alegria” os ex-senadores Lomanto Jr., Milton Cabral e Raimundo Parente.

DESAPARECIMENTO

É praticamente impossível saber exatamente de que forma os senadores aprovaram o “trem da alegria” de 1984, da mesma forma como não se tem acesso ao teor dos atos 87 e 88 da Presidência do Senado: quase todos os documentos referentes a sessão de 20 de dezembro daquele ano desapareceram dos anais e arquivos da Casa.

“O senhor está procurando o suplemento *Diário do Congresso Nacional* com os atos do ‘trem da alegria’? Pode desistir, esse suplemento foi recolhido por ordem da Mesa do Senado e nenhum exemplar chegou a ser distribuído”, informou um funcionário do arquivo do Senado.

Em sua última página, o *Diário* do dia 20 de dezembro traz um resumo dos atos 87 e 88. O ato 87 “fixa claros de lotação dos cargos que integrarão classes de quadro de pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, e aprova o enquadramento nominal dos atuais servidores optantes”, e o ato 88 “aprova a relação nominal dos servidores que permanecerão na mesma situação contratual em que se encontram”. Os demais detalhes e a íntegra dos atos “serão publicados em suplemento à presente edição”, prometia o *Diário*. Tal suplemento não existe no arquivo do Senado nem no arquivo da Gráfica.